

Sociedade Anônima
de Capital Fechado
CNPJ nº 03.475.839/0001-74
Belo Horizonte - MG

Rosal Energia S.A.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. RECEITA OPERACIONAL

	2014	2013
Suprimento Bruto de Energia Elétrica (a)	49.428	45.953
Transações com Energia na CCEE (a)	40	2.015
Deduções à Receita Operacional (b)	(3.748)	(3.123)
Total	45.720	44.845

a) Suprimento de energia elétrica

	Nº de Consumidores (Não auditado)		MWh (Não auditado)		RS	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Suprimento Bruto						
Energia Elétrica	4	4	189.372	262.800	49.428	45.953
Suprimento CCEE	-	-	189.545	5.968	40	2.015
Total	4	4	378.917	268.768	49.468	47.968

b) Deduções à Receita Operacional

	2014	2013
COFINS	1.484	1.439
PIS-PASEP	322	312
Reserva Global de Reversão - RGR	1.484	925
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	183	179
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	175	179
Pesquisa Expansão Sistema Energético - EPE	100	89
Total	3.748	3.123

16. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2014	2013
Pessoal	1.588	1.683
Materiais	352	455
Serviços de Terceiros (a)	2.498	3.135
Energia Elétrica de Curto Prazo - CCEE	29.666	12.823
Depreciação e Amortização	4.384	4.369
Encargos de Uso da Rede Distribuição	2.826	2.593
Taxa de Fiscalização - ANEEL	166	183
Seguros	53	58
Compensação Financeira de Utilização de Recursos Hídricos	1.025	1.299
Outros	423	164
Total	42.981	26.762

a) Serviços de Terceiros

	2014	2013
Manutenção e Conservação de Instalações e Equipamentos Elétricos	698	1.343
Meio Ambiente	302	987
Conservação e Limpeza de Prédios e Vila de Operadores	711	381
Manutenção e Conservação de Veículos	198	170
Comunicação	18	29
Outros	571	225
Total	2.498	3.135

17. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2014	2013
Receitas Financeiras		
Renda de Aplicação no Mercado Financeiro	1.891	1.497
Outras Receitas Financeiras	-	14
Total	1.891	1.511
Despesas Financeiras		
Variação Monetária P&D	(48)	(58)
Multas	(9)	(19)
Outras Despesas Financeiras	(21)	(13)
Total	(78)	(90)
Resultado Financeiro	1.813	1.421

18. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	2014	
	Imposto Renda	Contribuição Social
LUCRO PRESUMIDO		
Suprimento Bruto de Energia Elétrica	49.428	49.428
Transações com Energia na CCEE	40	40
Percentual de Presunção	8%	12%
	3.957	5.936
Receita Financeira Sobre Resgate Efetivo de Aplicações Financeiras	1.862	1.862
Base de Cálculo Lucro Presumido	5.819	7.798
Alíquota	15%	9%
	873	701
Adicional (10% s/ valor superior à R\$240)	558	-
IR e CS - Lucro Presumido	1.431	701
Rendas Aplicações não resgatadas	29	29
Alíquota	7	3
IRPJ/CSLL Diferidos Ano 2014	1.438	704
Total IR e CS Presumido	1.438	704
IR e CS - Despesa	1.431	701
Corrente	1.431	701
Diferido	7	3

LUCRO PRESUMIDO

	2013	
	Imposto Renda	Contribuição Social
Suprimento Bruto de Energia Elétrica	47.968	47.968
Percentual de Presunção	8%	12%
	3.838	5.756
Receita Financeira Sobre Resgate Efetivo de Aplicações Financeiras	1.554	1.554
Outras Receitas Financeiras	14	14
Base de Cálculo Lucro Presumido	5.406	7.324
Alíquota	15%	9%
	811	659
Adicional (10% s/ valor superior à R\$240)	516	-
IR e CS - Lucro Presumido	1.327	659
Rendas Aplicações não resgatadas	(58)	(58)
Alíquota	25%	9%
IRPJ/CSLL Diferidos Ano 2013	15	5
Total IR e CS Presumido	1.313	654
IR e CS - Despesa	1.313	654
Corrente	(1.328)	(659)
Diferido	15	5

19. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia reconheceu despesas em 2014 no montante de R\$701 (R\$955 em 2013), decorrentes de contratos de prestação de serviços de operação e manutenção do maquinário da usina pela Cemig GT à Companhia, sendo que o saldo a pagar em 2014 é de R\$79 (R\$403 em 2013).

Em 2014, encontra-se como saldo a pagar de dividendos o montante de R\$19.366 (R\$5.090 em 2013) para a controladora.

Aplicações em fundo de investimento exclusivo - FIC Pampulha

A Rosal aplica parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento exclusivo, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Companhia. Os montantes aplicados pelo fundo estão contabilizados na rubrica "Títulos e Valores Mobiliários" no ativo circulante e não circulante em 31 de dezembro de 2014, proporcionalmente a participação da Companhia no fundo.

Os recursos destinados ao fundo de investimento são alocados somente em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos apenas a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

As aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas, correspondentes à participação da Rosal de 1,15% no fundo de investimento, em 31 de dezembro de 2014, estão descritas abaixo:

Emissor do Título	Tipo	Condições Contratuais Anuais	Vencimento	Rosal
Axxiom	Debêntures	109,00% do CDI	29/01/2016	127
Cemig GT	Debêntures	CDI + 0,75%	23/12/2016	574
Cemig GT	Debêntures	CDI + 0,90%	15/02/2017	122
Cemig GT	Notas Promissórias	106,85% do CDI	22/06/2015	243
ETAU	Debêntures	108,00% do CDI	01/12/2019	116
Cemig Telecom	Notas Promissórias	110,40% do CDI	14/12/2015	58
				1.240

A Companhia não remunera diretamente os membros da Diretoria. Os Diretores da Companhia são remunerados pelo acionista controlador.

20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros da Companhia são restritos à Caixa e Equivalentes de Caixa, Títulos e Valores Mobiliários, Concessionários e Permissionários, Depósitos Vinculados a Litígios, e Fornecedores; sendo os ganhos e perdas obtidos nas operações integralmente registrados de acordo com o regime de competência.

Os instrumentos financeiros da Companhia e são classificados conforme abaixo, quando aplicáveis:

- Mantidos para negociação:** encontram-se nesta categoria os Títulos e Valores Mobiliários. São mensuradas ao valor justo e os ganhos ou as perdas são reconhecidos diretamente no resultado;
- Empréstimos e Recebíveis:** encontram-se nesta categoria os Caixa e Equivalentes de Caixa, Concessionários e Permissionários e Depósitos Vinculados a Litígios. São reconhecidos pelo seu valor nominal de realização e similares aos valores justos;
- Mantidos até o vencimento:** encontram-se nesta categoria as aplicações financeiras para as quais a Companhia possui a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Após o reconhecimento inicial, estas aplicações são mensuradas ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, reduzidas por eventual perda por redução ao valor recuperável;
- Passivos financeiros não derivativos:** encontram-se nesta categoria Fornecedores. São mensurados pelo custo amortizado.

	2014		2013	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos Financeiros:				
Empréstimos e Recebíveis				
Equivalentes de Caixa - Aplicações Financeiras	5.836	5.836	6.695	6.695
Concessionários e Permissionários	4.459	4.459	4.267	4.267
Depósitos Vinculados a Litígios	47	47	47	47
Total	10.342	10.342	11.009	11.009
Mantidos até o vencimento				
Títulos e Valores Mobiliários	1.778	1.766	2.023	2.019
Valor justo por meio do resultado:				
Mantidos para negociação				
Títulos e Valores Mobiliários	13.837	13.837	3.812	3.812
Passivos Financeiros:				
Fornecedores	6.622	6.622	3.206	3.206

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos, em especial, de caráter especulativo em 2014 e 2013.

Risco de Crédito

O risco decorrente da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é considerado baixo.

A Companhia faz um acompanhamento buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus revendedores. Também são estabelecidas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos eventualmente em atraso.

Risco de não renovação das concessões

A Companhia possui concessão para exploração dos serviços de geração de energia elétrica com a expectativa, pela Administração, de que seja renovada pela ANEEL e/ou Ministério das Minas e Energia. Caso a renovação da concessão não seja deferida pelos órgãos reguladores ou mesmo renovada mediante a imposição de custos adicionais para a Companhia ("concessão onerosa"), os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser alterados.

Risco de Liquidez

A Companhia apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios rígidos e estabelecidos em Política de Aplicações, gerenciando até 20% de seus recursos em fundos de investimento exclusivos para empresas do Grupo Cemig, de crédito privado do, sem riscos de mercado, com a margem excedente aplicada diretamente em CDB's ou operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a empresa busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta ratings, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, com dívidas pactuadas está apresentado conforme abaixo.

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
- Pré-fixadas						
Fornecedores	6.622	-	-	-	-	6.622
Total	6.622	-	-	-	-	6.622

21. MENSURAÇÃO PELO VALOR JUSTO

A companhia adota a mensuração a valor justo de seus ativos e passivos financeiros. Valor justo é mensurado a valor de mercado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparação, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

- Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado** - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento;
- Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação** - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio;
- Nível 3. Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial** - Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

Títulos e Valores Mobiliários	Valor justo em 31 de dezembro de 2014		
	Saldo em 31/12/2014	Mercado Ativo - Preço Cotado (Nível 1)	Sem Mercado Ativo - Técnica de Avaliação (Nível 2)
Certificados de Depósitos			
Bancários	3.547	-	3.547
Letras Financeiras - Bancos (LFs)	7.180	-	7.180
Letras Financeiras do Tesouro	1.340	1.340	-
Debêntures	1.573	-	1.573
Outros	197	-	197
Total	13.837	1.340	12.497

22. SEGUROS

A Companhia possui seguro de risco operacional visando cobrir riscos e perdas em gerador, transformador e turbinas, com vigência até 07 de dezembro de 2015, na importância segura de R\$65.694, valor considerado suficiente pela Administração para cobrir perdas decorrentes de eventuais sinistros. As premissas de riscos adotados, dado sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de Demonstrações Financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Luiz Henrique de Castro Carvalho			
Diretor Presidente			
Arlindo Porto Neto	Luiz Fernando Rolla		
Diretor Vice-Presidente	Diretor Financeiro e Administrativo		
Wantuil Dionísio Teixeira	Luiz Henrique de Castro Carvalho		
Diretor de Geração e Transmissão	Diretor de Relações com Investidores		
Leonardo George de Magalhães	Leonardo Felipe Mesquita		
Superintendente de Controladoria	Gerente de Contabilidade		
CRC - MG 53.140	Contador - CRC-MG 85.260		

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da Rosal Energia S.A.
Belo Horizonte - MG

Examinamos as demonstrações financeiras da Rosal Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e

internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Rosal Energia S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Belo Horizonte, 24 de abril de 2015.

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes
CRC-2SP 011.609/O-8 F/MG

Leonardo Fonseca de Freitas Maia
Contador
CRC-IMG 079.276/O-7

Deloitte.